

Entrevista com Jacques Revel

*Esta entrevista foi concedida em fevereiro de 1997
a Marieta de Moraes Ferreira, em Paris.
O professor Jacques Revel é atualmente presidente da
École des Hautes Études en Sciences Sociales.*

Poderia nos falar de suas origens, família, estudos?

Nasci quase que por acaso em Avignon em 1942. Minha família é judia, da Alsácia, mas na época meus pais estavam refugiados no sul da França, que ainda não tinha sido ocupado pelos alemães. Venho de um meio de cientistas: meu pai era biólogo, minha mãe era bioquímica, mas ninguém da família se dirigira para as ciências sociais ou humanas.

O senhor foi o primeiro a fazê-lo?

Primeiro e único, até hoje! Minha trajetória foi clássica. Cursei o segundo grau numa cidade do interior no leste da França e em seguida, como se costumava fazer com os bons alunos, me mandaram para Paris. Este é um velho costume francês, que permanece: os melhores são sempre mandados estudar em Paris. De início, meus pais queriam que eu seguisse uma carreira científica, mas no último ano do liceu resolvi estudar para ingressar na École Normale

Supérieure. Fui parar num curso preparatório em Paris, cheio de alunos da província. Eles se esforçavam muito para passar no concurso da École Normale. O concurso incluía várias disciplinas, história, letras, filosofia, e eu nem sabia direito o que queria. Num primeiro momento pensei em filosofia, mas o que me atraía mesmo era história das religiões. Dediquei-me então à egiptologia durante três anos e investi muito nisso. Trabalhei muito, era divertido, mas no fundo não era interessante o bastante. Como já estava na École Normale, resolvi estudar história.

A École Normale vivia então sua grande época althusseriana. O que me chamou a atenção foi que o althusserismo – aliás, todo o movimento estruturalista – era claramente anti-histórico. Reagi contra a idéia estruturalista de que o ponto de vista a-histórico era a melhor solução. Para simplificar, pode-se dizer que havia na época duas tendências opostas. De um lado, os jovens que pensavam que a história do movimento político era relevante – era o meu caso –, e de outro, aqueles que pensavam que existe um corte eterno entre falso e verdadeiro, teoria e ideologia – era a posição dos althusserianos. Eu era a favor dos processos históricos, inclusive como cidadão – era a época da guerra da Argélia, da descolonização. No fundo, estudei história menos por interesse acadêmico do que por convicção política.

Em que ano o senhor se formou na École Normale?

Em 1968, ano em que aconteceu muita coisa! Foi o ano em que a história voltou. Foi assim que eu e muitos outros entendemos os acontecimentos. Eles provavam que os processos históricos existem, sim.

O senhor também estudou na Sorbonne, não? Fez o mestrado lá.

Sim, estive na Sorbonne quando me preparava para a *agrégation** em história.

Quando o senhor estava na universidade tinha alguma posição, alguma militância política?

Eu era como todos os estudantes da minha geração, mais para a esquerda. Mais ou menos o que se chama de social-democrata. Na minha geração ainda havia muita gente que entrava para o Partido Comunista, mas eu era vacinado. Meus pais tomaram parte na Resistência e saíram dela como companheiros de lutas do Partido Comunista. Mas esse companheirismo acabou – lembrem-se de que eles eram biólogos – quando a União Soviética e o Partido Comunista Francês quiseram impor, a partir de Lyssenko, uma biologia marxista

* Concurso que confere o título de *agrégé* e capacita aquele que o obtém a tornar-se professor secundário.

e coisas parecidas... Fui criado num ambiente de esquerda, porém crítico do movimento comunista, com tendência talvez vagamente trotskista. Era muito engajado na luta anticolonial mas, como muitas outras “famílias” intelectuais, mantive distância do Partido Comunista.

Quem eram os professores na sua época?

Havia grandes professores. Na École Normale havia um geógrafo que voltei a encontrar depois, aqui na École des Hautes Études. Chama-se Marcel Roncayolo. Foi para mim muito marcante, porque nas análises que propunha era um geógrafo com uma forte dimensão de historiador. Isso é excepcional. A Sorbonne era dominada por Labrousse e por seu sucessor, Pierre Villar, uma grande figura que, na época, ensinava história econômica e social. Como toda a minha geração, fui muito marcado por Foucault. Fez parte da minha banca no concurso para entrar na École Normale e liguei-me a ele ao longo de sua vida.

Seu orientador de mestrado na Sorbonne não foi Victor Tapié?

Sim. Tapié era uma pessoa encantadora, erudita. A história que ensinava não era bem o que eu queria, mas ele era muito afável. Eu havia lido Foucault e queria fazer uma monografia sobre a história da doença. Logo achei o assunto de que queria tratar – uma epidemia de peste no século XVII – e fui procurar um especialista nesse século na École des Hautes Études chamado Jean Louvray, um homem discretíssimo mas de grande importância. Ele me ajudou muito, me indicou arquivos etc. Mas não podia orientar uma dissertação de mestrado. Como era amigo de Tapié, este concordou em dar o seu nome.

Como era Tapié? Ele foi professor na Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro.

Era uma figura da França de outrora. Um senhor imponente, muito elegante, de cabelos brancos encaracolados e cheio de retórica, tanto nas palavras como nos gestos. Viajara muito, tinha-se formado em parte em Praga, na Tchecoslováquia. Pesquisou a Boêmia do século XVII, interessava-se muito pelo barroco. Depois viajou realmente pela América Latina, pelo Brasil. Era um espírito curioso, erudito, mas no campo historiográfico não era um inovador. No entanto, era aberto. Não tinha grande interesse pelo assunto que eu havia escolhido, mas julgava que, se eu me interessava, estava tudo bem. Tapié também gostava de lidar com os estudantes da École Normale, queria atraí-los para a Sorbonne.

E depois do seu mestrado?

Fiz o concurso de *agrégation*. É público e notório que isso representa um ano duro, maçante, pesado. Em seguida, tive de parar por um ano e meio já que, como quase todos os jovens da minha geração, prestei o serviço militar. Foi muito confortável para mim, porque ensinei história na Escola de Guerra, que forma os oficiais de estado-maior. Foi uma experiência e tanto: eu nunca tinha visto tanto militar na minha frente! E houve interesse, porque os levei a refletir sobre coisas que eles tinham vivenciado.

Em 1970 comecei a ensinar na Sorbonne, como assistente de Le Roy Ladurie. Mal o conhecia. Ele tinha acabado de ser selecionado como professor da Sorbonne, e eu como assistente, e então nos colocaram juntos. Eu dava um curso que combinava com a cadeira dele. Dei também um curso – imaginem! – sobre a América Latina no século XVI, porque havia outro professor que entrou no mesmo ano e que era especialista em México. Tive que me dividir entre ele e Le Roy Ladurie. Não tinha a mínima noção de castelhano, mas tive que aprender para poder ler a bibliografia. Fiz isso durante um ano.

Foi nessa época que o senhor entrou em contato com a école des Annales, ou isso aconteceu antes?

Foi antes. Quando era estudante, todos líamos a revista *Annales*, fazia parte do que se discutia na École Normale. Nem todos os professores eram simpáticos, mas prestávamos atenção ao que era produzido por lá. Além disso, eu havia assistido a muitos cursos na École des Hautes Études e conhecia muito bem Jacques Le Goff, que havia dado cursos na École Normale, tendo-me tornado seu amigo desde então.

Depois do meu ano como assistente, fui recrutado pela École Française de Rome. É uma importante instituição francesa, que recruta por meio de concurso, e eu queria estudar história da Itália nos séculos XVI-XVIII – é o meu período, sou especialista em Idade Moderna. Essa instituição dá bolsas de pesquisa, é muito bem organizada. Foi planejada para atender aos especialistas em Antiguidade e aos medievalistas mas, de vez em quando, um modernista aparecia por lá – foi o meu caso. Hoje a École de Rome está bem mais aberta. Fiquei por lá três anos, de 1970 a 1973, trabalhando com história econômica, com os latifúndios da campanha romana do século XVI ao XVIII. No fim dos meus três anos em Roma fiz uma tese – mais ou menos equivalente a uma tese de doutorado de 3º ciclo – que sintetizava as minhas pesquisas. Essa fase foi importante para mim, porque foi meu primeiro contato prolongado com arquivos e também porque foi um primeiro contato com uma cultura que parece muito próxima da francesa mas, na verdade, é muito diferente. Fiz ainda muitas amizades intelectuais, com Carlo Ginzburg, Giovanni Levi...

Ao voltar para a França, entrei para o CNRS, primeiro como assistente de pesquisa e depois como pesquisador pleno. Fiquei lá quatro anos, durante os quais continuei pesquisando sobre a Itália. O que mudou minha vida consideravelmente foi que, em 1975, o grupo que administrava a revista *Annales*, ou seja, Le Goff, Le Roy Ladurie e Marc Ferro, começou a procurar um sucessor para André Burguière, que havia sido o secretário de redação durante os cinco anos precedentes. Eles me ofereceram a vaga. Era um belo presente. Era o meio de ficar por dentro daquilo que se fazia num importante centro de produção da historiografia moderna. Isso me interessava, e muito. O trabalho de editor também me interessava, ainda mais porque, desde 1970, eu iniciara com Pierre Nora uma coleção chamada “Archives”, que hoje não existe mais, mas que publicou mais de 100 livros.

Na *Annales*, era eu quem tomava conta da revista. Todo dia eu conversava com o conselho editorial, mas era eu o responsável pela redação e por toda a política editorial, isso até 1980, 1981... Além disso, eu estava aqui, no *boulevard* Raspail, já que naquela época a redação da *Annales* estava instalada no primeiro andar deste edifício, perto dos pesquisadores do Centre de Recherche Historique e da École des Hautes Études. Em parte foi por isso que ocorreu a minha transição: em 1977 deixei o CNRS, pois me propuseram o cargo de *maître de conférences* na École des Hautes Études.

Poderia falar um pouco mais de suas realizações editoriais? O senhor co-dirigiu a Histoire sociale des populations étudiantes, por exemplo.

Esse não foi bem um projeto editorial. Foi mais um projeto de pesquisa. Quando cheguei na École des Hautes Études, me pediram para, além do meu trabalho pessoal, refletir sobre um programa de pesquisa. Era a época das grandes pesquisas coletivas, típicas da École. Eu tinha lá dois amigos próximos, Roger Chartier e Dominique Julia. Julia era especialista em história da educação. Já tínhamos escrito um livro junto com Michel de Certeau em 1975, sobre a política da língua durante a Revolução Francesa. Foi um trabalho que fizemos por puro prazer, e que depois a Gallimard aceitou publicar. Durante muito tempo, Julia havia pesquisado sobre o ensino no Antigo Regime, sobre os colégios, e publicara muita coisa. Naquela época, François Furet e Mona Ozouf estavam terminando uma grande pesquisa sobre a alfabetização, ou melhor, sobre o ensino primário, e então tivemos a idéia de lançar uma pesquisa sobre as universidades do Antigo Regime, não só na França, mas um estudo comparativo sobre os europeus.

Esse levantamento foi interessante e levou bastante tempo. É que antes, até o fim dos anos 70, as pesquisas se realizavam segundo um esquema bem simples: havia um ou vários diretores de pesquisa, geralmente homens, que

organizavam o trabalho, e assistentes, muitas vezes mulheres, que iam para os arquivos e levantavam os dados. Essa divisão do trabalho deixou de ser possível mais ou menos na época em que começamos. Minha geração não tinha vontade de trabalhar desse jeito, e mesmo que quisesse, as coisas depois de 1968 não aconteciam do mesmo modo. Nossa pesquisa demorou porque nós mesmos a fizemos. Julia e eu levantamos em arquivos todas as 24 antigas universidades do Antigo Regime, em toda a França, e isso levou tempo! Foi a minha segunda experiência com arquivos. E foi uma das últimas grandes pesquisas de história quantitativa à francesa.

Começamos o trabalho com os arquivos por volta de 1980 e acabamos em 1985-86. Houve um volume consagrado às universidades européias, escrito por colegas da rede de pesquisadores que montamos na Europa e para o qual só redigimos a introdução. Depois houve um volume sobre a França, escrito quase inteiramente por mim e por Julia; foram perto de 500 páginas em um total de 600, apresentando o resultado de nossa pesquisa. Foi uma experiência um tanto pesada, às vezes nos saturamos, foi um trabalho muito austero, feito a partir de listas, somando os estudantes.

Não era uma tarefa muito gratificante mas, ao mesmo tempo, era uma boa escola para a reflexão sobre a tecnologia da pesquisa a partir do que fazíamos, em vez de ficarmos falando, como sempre, do lado de fora. Nosso livro, o volume sobre a França, saiu em 1989. Mas não foi um projeto editorial, foi um projeto de pesquisa.

Realmente, o projeto editorial foi o da história da França em quatro volumes. No entanto, na perspectiva da revista Annales, a história das nações era pouco valorizada...

É verdade, e tive de discutir esse problema com Burguière, tive de pensar muito sobre isso. Há uma experiência que continuo achando muito interessante: é a da *Storia d'Italia*, publicada pela Einaudi nos anos 70, sob a direção de Ruggiero Romano e Corrado Vivanti. Essa história não se parecia com as histórias tradicionais. Mais tarde, conversando com Burguière, ficamos interessados na história da historiografia; chegamos a fazer parte de um seminário e examinamos como se poderia pensar uma história da França hoje. Logo vimos que não éramos os primeiros a pensar nisso. Marc Bloch, por exemplo, se colocara o problema no fim da vida, refletindo sobre o que poderia ser uma história da França no quadro de uma história européia, numa época em que não existia a Europa como instituição. Havia também certas reflexões de Lucien Febvre, muito interessantes, sobre um aspecto da geografia que eu chamaria de "possibilista", ou seja: as nações não têm destinos, elas são também provenientes de escolhas, de acasos, daquilo que, mais tarde, seria visto como necessidade. Fernand

Braudel se interessara também por esse problema, mesmo sem saber exatamente o que fazer com ele, enquanto trabalhava em seu livro póstumo, *L'identité de la France*.

Partimos da idéia de que o gênero história da França no sentido clássico, ou seja, de biografia da nação, não era mais possível hoje, não seria mais aceito. Era preciso, portanto, procurar outra coisa, e por conseguinte, colocar o problema da nação, da identidade nacional, não mais como um *a priori*, como resposta, e sim como questão. Escolhemos, em primeiro lugar, renunciar à narrativa contínua, substituindo-a por um enfoque temático; em segundo lugar, partimos de configurações do presente para tentar reconstituir-lhes a história; em terceiro lugar, mostramos que, dentro dessas configurações temáticas, seria interessante elucidar durações diferenciais. Eu me encarreguei do volume sobre o espaço, um tema em que você encontra, ao mesmo tempo, realidades de longuíssima duração e coisas que se inscrevem numa duração extremamente curta. O que nós queríamos, no fundo, era desdobrar esses fenômenos para remontar às origens de sua formação. Levamos tempo para elaborar o plano desse projeto, conversamos, fizemos alguns seminários com diversos colegas, e no fim conseguimos formar equipes bastante reduzidas, de quatro ou cinco autores por volume, compostas geralmente de amigos próximos o bastante para entender qual era o nosso projeto.

Não lembro bem quando começamos a trabalhar, deve ter sido por volta de 1985. O primeiro volume, que organizei pessoalmente, saiu em 1986. Os dois seguintes, um organizado por Le Goff, sobre o Estado, e outro por Julia, sobre os conflitos, saíram em 1990. O quarto, organizado por Burguière, sobre as formas culturais, saiu em 1993. Foi uma experiência que nos divertiu. Mas todos esses livros coletivos davam trabalho, e não podíamos passar a vida fazendo isso, porque é cansativo. Ao mesmo tempo, tanto Burguière quanto eu ficamos contentes com a experiência. É verdade que foi também, em certo sentido, a obra de uma nova geração de historiadores.

Como o senhor caracterizaria sua geração?

Não é muito fácil. Quando eu era estudante, o que marcava a minha geração era que todos nós éramos filhos do fim da guerra. Isso quer dizer que crescemos num país que mudava muito rapidamente, num país que rejuvenesceu, se renovou. Quando hoje vejo filmes do fim dos anos 40, ou até mesmo dos anos 50 – eu era uma criança pequena, mas vivi esses anos –, tenho a impressão de que se trata do século XIX, de tanto que as coisas mudaram! O outro elemento que deu certa coerência a essa geração foi a experiência política da guerra da Argélia, da descolonização. No fundo penso que, ao contrário da geração que se seguiu à nossa, tivemos uma experiência política forte, bastante

dura. Agora, não tenho muita certeza de que a minha geração tenha tido uma unidade intelectual. Quando penso no que fizeram meus colegas da École Normale, percebo que a dispersão de nossos interesses e de nossas referências é bem grande. Fiquei ligado a alguns deles, não muitos, mas não penso que se possa dizer: “Essa geração foi totalmente isso ou totalmente aquilo.” Em nossas cabeças havia grandes personagens: Lévi-Strauss ou Foucault, para outros Lacan ou Althusser, mas, ao mesmo tempo, havia uma grande fragmentação das coisas que nos interessavam, uma grande dispersão.

Já entre os que se tornaram historiadores as coisas são bem diferentes. Nesse caso, tenho ao contrário o sentimento de uma forte coerência, seja entre as pessoas que conheci na École Normale, como Dominique Julia, seja entre as que conheci mais tarde, como Chartier, Jean-Claude Schmitt. São pessoas que pertencem à minha geração de historiadores e que se encontraram relativamente cedo na École des Hautes Études. Nesse caso penso que houve uma aproximação bem forte. Todos se formaram como historiadores sociais e foram muito marcados pela produção da *Annales*, alguns, como eu no início, tendendo mais para o sócio-econômico, outros, como Chartier, Julia, Schmitt, para o sociocultural. Mas acho também que essa formação de história social era a base, não era uma resposta a todas as questões. No fundo, levando em conta o que a nossa geração encontrou, nossa contribuição talvez tenha sido tornar mais complicado o enunciado do problema.

Crescemos em um mundo onde se começava por estudar o econômico, em seguida, o social, e depois, a cultura. É isso que Chartier relata no artigo sobre “Cultura popular” que *Estudos Históricos* publicou.* No fundo, o que criticamos, desde meados dos anos 70, foi essa organização vertical pela qual o econômico informava o social, e o social informava o cultural. Éramos historiadores sociais, mas pensávamos, por exemplo, que as categorias sociais também se constroem por meio das práticas culturais. Chartier e eu fizemos juntos, durante vários anos, um seminário em que se refletia muito sobre os problemas da cultura popular e, no fundo, acabamos por elaborar uma crítica dos conceitos que naquela época serviam para pensar essas realidades. Sustentamos que a cultura popular não é a cultura do povo, e sim uma cultura em relação com outras formas culturais, complementares, opostas ou hierarquizadas. Víamos que, no fundo, as práticas culturais refletiam menos as identidades sociais do que serviam à construção dessas mesmas identidades.

Não me cabe dizer se isso era ou não importante, mas para nós era. Schmitt fazia exatamente a mesma coisa naquele momento no tocante a práticas

* Ver Roger Chartier, “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”, *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

medievais, e nos encontramos em torno dessas problemáticas. Nosso objetivo não era repudiar o social, e sim construir o social de maneira diferente. Publiquei um livro em Portugal em 1990, *A construção da sociedade*, para mostrar isso. É uma coletânea de artigos na qual tento mostrar que o social não é uma instância que a tudo determina, é também uma instância que se constrói por meio de práticas. Acredito que isso tenha sido o elemento comum forte entre os membros da minha geração de historiadores. Essa reflexão foi muito desenvolvida aqui, na École des Hautes Études. Ela representa uma virada, marca o momento em que refletimos com as nossas próprias idéias, e contra as dos nossos predecessores.

Naquela época eu era responsável pela *Annales* e podia repassar essa preocupação para a revista. Estava também trabalhando muito com Michel de Certeau, que já se interessava por esses problemas. Foi um meio em que essas idéias foram lançadas, criticadas, discutidas e, pouco a pouco, acabaram por se impor.

Desde quando o senhor trabalhava com Michel de Certeau?

Conheci Certeau em 1968, junto com Dominique Julia, e logo começamos a trabalhar juntos, fizemos um grupinho de três. Certeau era um marginal. Jesuíta, estava à margem da Companhia. Acadêmico, não tinha cargo na universidade. Achávamos isso notável, mas era alguém cujo *status* era de difícil definição, a não ser no fim da vida, quando veio para a École. Trabalhava com pequenos grupos, pequenas redes. Na época esse esquema funcionava muito bem, e nós também gostávamos muito de trabalhar fora da instituição. Era um esquema muito experimental, bastante desorganizado, mas muito rico. Certeau acabou tendo de partir para os Estados Unidos, porque não encontrava um lugar na universidade francesa. Estava em San Diego quando Chartier e eu conseguimos trazê-lo de volta para trabalhar na École, em 1984. Infelizmente, morreu dois anos depois.

*O livro *Jeux d'échelles*, que o senhor organizou, e que está sendo traduzido pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, trata em larga medida da micro-história. Na sua opinião, qual é a contribuição da micro-história e quais são os problemas que ela coloca para os historiadores?*

Este é um tema bem amplo! Quero dizer que a micro-história faz parte da minha biografia. Como já contei, passei três anos na Itália e desde então conservei laços muito fortes com os historiadores italianos. Ocorre que os meus amigos mais próximos – Ginzburg, Levi, Carlo Poni – foram precisamente os que refletiram sobre a micro-história no decorrer dos anos 70, e tive várias oportunidades de conversar com eles sobre esses projetos. Tomei até parte na reunião de fundação da coleção “Microstorie”, em 1980.

Mas qual era a importância disso? Esse grupo é perfeitamente minoritário na Itália, e é até mal visto. Eles refletiam muito, se interessavam muito pela história social porque não se fazia história social na Itália, por motivos vários e complicados, ligados entre outras coisas à influência de Croce e à ausência das ciências sociais no país. Eles acompanhavam de perto o que se fazia na França e pensavam que valia a pena refletir sobre a história social, mas não queriam necessariamente comprar o pacote todo. No fundo, refletiram sobre a seguinte questão: seriam possíveis outras estratégias de pesquisa que não a história social do tipo Labrousse, tal como se desenvolveu na França com a “longa duração”, a medida, uma história quantitativa etc.? Eles se colocaram essa questão por dois motivos. O primeiro é que tinham um sentido bastante forte de crítica epistemológica; o segundo é que, para fazer uma história social do tipo Labrousse, ou do tipo *Annales*, era preciso dispor de recursos que não existiam na Itália. Seria necessário contar com equipes, com algo como o CNRS, com tradição de trabalho coletivo, enfim, com um monte de coisas que os italianos, acostumados a trabalhar de maneira diferente, não tinham. Diante dessas contingências, tiveram de elaborar estratégias mais individualistas.

É claro que não foi só isso. Bem antes de nós, franceses, eles foram sensíveis ao perigo de esgotamento do paradigma labroussiano. Foi isso que me interessou, já que eu vinha da história social de tipo labroussiano, fora essa a minha formação. Daí a importância da minha passagem pela Itália. No meu contato com os italianos, fui levado a refletir sobre aquilo que eu fazia. Meu livro sobre as universidades, por exemplo, se situa num meio termo. É história quantitativa clássica, ao mesmo tempo que parte dele se dedica a analisar trajetórias, redes, ou seja, algo que não mais pertence à história social clássica.

Na França, em geral, pouca gente se interessa pela Itália. Comecei a fazer seminários sobre a experiência italiana, mas o pessoal tinha um certo ceticismo. Entre 1986 e 88, trabalhei, junto com Arlette Farge, com um determinado evento histórico, uma revolta parisiense no século XVIII provocada pelos seqüestros de crianças. O livro que escrevemos, chamado *Logiques de la foule*, é uma espécie de análise bastante microscópica daquilo que acontece numa revolta. Por que será que a revolta “pega”? Por que há multidão? Como isso tudo funciona? O que percebi nesse trabalho foi que, ao focar um objeto pequeno olhando-o de muito perto, eu via organizações sociais completamente diferentes daquelas com as quais estava acostumado. Eu conhecia o século XVIII parisiense muito bem, mas em contraste com a análise de tipo macro-histórico, o fato de olhar de muito perto como as pessoas se moviam me levava a perceber configurações totalmente diferentes.

Foi assim que evoluí, em parte por causa de uma reflexão abstrata, em parte por causa de uma reflexão empírica, a partir do trabalho com arquivos. A

primeira coisa que fiz foi mandar traduzir o livro de Giovanni Levi, *L'Eredità immateriale*, publicado pela Gallimard em 1989 com o título de *Le pouvoir au village*. Escrevi uma longa introdução, que se chamava "L'histoire au ras du sol", na qual mostrava o quanto a micro-história era importante para mim. Penso que o livro de Levi continua sendo o melhor modelo daquilo que é possível fazer em micro-história, é o livro mais bem-acabado do gênero. Quando a tradução francesa saiu em 1989, suscitou muitas reações. Nem todo mundo concordou, mas algumas pessoas conseguiram perceber as questões que estavam sendo colocadas.

Dois anos mais tarde, em 1991, fui convidado pelo Ministério da Pesquisa e Tecnologia francês para coordenar um pequeno grupo de historiadores, sociólogos e antropólogos encarregado de discutir um tema que formulamos nos seguintes termos: micro/macro. Deixaram-me fazer o que eu queria. Isso quer dizer que me concederam uma pequena verba para organizar um grupo de estudos que ao fim de um ano e meio deveria realizar um seminário. Reuni colegas da École, como Bernard Lepetit, antropólogos, como Alban Bensa, colegas italianos, como Levi, e até mesmo ex-alunos meus, como Simona Cerrutti, Sabina Loriga ou Paul-André Rosental. Éramos dez ao todo. Trabalhávamos com total liberdade, nos reuníamos uma vez por mês e apresentávamos *papers*, discutíamos, fazíamos circular nossos textos também fora do grupo, as pessoas comentavam. Por fim, todo esse material serviu para fazer o seminário, que aconteceu em Marselha em 1992. O seminário foi bem recebido, o pessoal pareceu interessado, e pensamos na possibilidade de fazer um livro a partir dali. Tivemos de retrabalhar o material todo, e foi assim que nasceu *Jeux d'échelles*. Isso ocupou a minha vida intelectual nos últimos dez anos, ou quase.

O senhor gosta do debate historiográfico, não?

Sim. Quando tomei conta da *Annales* já pensava no assunto. Discutia muito com Michel de Certeau a epistemologia histórica, e aos poucos esse debate tomou um lugar importante. Já tinha também trabalhado com Nora, quando cuidamos juntos de uma coleção na Gallimard. Depois tomei parte no preparo de *Faire de l'histoire*, em 1974, e mais tarde, junto com Chartier e Le Goff, fiz *Histoire*, em 1978... Esses problemas passaram a nos interessar cada vez mais, e dediquei cada vez mais tempo a eles. Esse tempo todo eu continuava no conselho editorial da *Annales* e foi então que, com Lepetit, fizemos aquilo que se chamou a virada crítica canônica da revista. Quer dizer, introduzimos a idéia de que era preciso repensar algumas certezas que tinham sido muito úteis, muito eficazes, mas que doravante exigiam uma revisão, um reexame crítico. Essa

virada foi importante, seja sob a forma historiográfica, seja sob a forma mais epistemológica.

Há dois anos o senhor foi eleito presidente da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Não acha que há um predomínio de historiadores na École? Sua eleição reforçou a posição deles?

Não sei bem se podemos colocar o problema nesses termos. A École reflete uma originalidade francesa, na qual a história é vista como uma ciência social – o que não costuma ser a regra em outros países – e, mais que isso, como a coluna vertebral das ciências sociais. A École foi fundada por historiadores como Febvre e Braudel. Foi dirigida por historiadores como Le Goff e Furet, e em seguida por antropólogos como Marc Augé, em 1985-95. Agora voltou para um historiador, em 1995. Será que podemos falar em predomínio da história? Em termos quantitativos, há muitos historiadores na École, mas estão longe de constituir a maioria. Em todo caso, não podemos imaginar que os historiadores só votem em historiadores, e os antropólogos em outros antropólogos. Furet e todos os meus predecessores foram candidatos únicos. Eu votei em Augé, e do mesmo modo que desejei que ele fosse o presidente da École, deve haver antropólogos que desejaram que eu o fosse, ou eu não teria sido eleito!

A respeito da relação entre história e ciências sociais, há um artigo muito importante sobre a longa duração publicado por Braudel em 1958, e geralmente nos esquecemos de que se trata de um artigo estratégico. Era o começo do estruturalismo, e Braudel sentia que havia uma crise na área. Dizia ele: “No fundo, a história é a menos pretensiosa das ciências sociais, a menos formalizada, a menos teorizada, e por isso pode servir como *língua franca* para as demais.” Essa visão parece ser um tanto pobre e modesta, mas Braudel não era modesto. É de fato uma posição tática, e muito hábil. E podemos verificar que a história tal como foi feita em torno da revista *Annales* ultrapassou o período estruturalista sem maiores problemas, apesar de aquela ter sido uma época francamente “anti-histórica”. Não acho que a questão se coloque da mesma maneira hoje, quando são todas as disciplinas que se encontram em crise.

O senhor concorda com Gérard Noiriel quando ele escreve um livro chamado Sur la ‘crise’ de l’histoire?

Não concordo com a interpretação dele. Em 1984 escrevi um artigo no *Bulletin de la Société Française de Philosophie* intitulado “Sur une ‘crise’ de l’histoire aujourd’hui” – 12 anos antes de Noiriel, portanto. Acho que o diagnóstico é mais complexo do que a descrição que ele faz. Acredito que haja um problema geral das ciências sociais, e aliás não apenas das ciências sociais. Ontem vivíamos num mundo otimista, funcionalista, no qual todas as ciências

se juntavam e acabariam por se complementar. Esse otimismo era social, não apenas científico, e hoje ele não existe mais.

Como as outras ciências sociais, mais que elas porém, a história conheceu um crescimento fantástico nos anos 1960-70. Mas esse crescimento é difícil de administrar, já que, ao multiplicar os objetos e os procedimentos, você chega quase que a uma fragmentação. Na geração que nos antecedeu, o marxismo, o estruturalismo, o positivismo, ou aquilo que se poderia chamar de ideologias funcionalistas, forneciam uma arquitetura para o conjunto dessas ciências. Esses paradigmas entraram em crise nos anos 70. Eu não gosto muito do termo “pós-moderno”, não gosto de usá-lo, mas se tem algum sentido, deve ser esse.

Tivemos portanto de constatar essa fragmentação. Mas isso é também específico da pesquisa. Embora a demografia histórica já existisse quando eu era estudante, ainda era um anexo técnico da história social; agora tornou-se uma disciplina autônoma. Acho que é assim que as ciências se desenvolvem, e a mesma coisa acontece com a física. Num laboratório de física, há pessoas que não têm a menor idéia daquilo que os outros fazem. Pegam os resultados uns dos outros porque confiam. Se quisermos, podemos falar em crise, mas trata-se de uma crise estrutural, que está ligada ao desenvolvimento de nossas disciplinas. É disso que pretendemos falar com o nosso “reexame crítico”, é uma maneira mais sutil de dizer as coisas do que falar em “crise”, porque, no fundo, estamos numa época em que devemos operar um exame reflexivo, crítico, dos pressupostos dos nossos procedimentos. Voltando ao problema da École, acho que a antropologia também vive essa mesma “crise”, assim como a sociologia. Os historiadores talvez sejam mais ingênuos, dizem as coisas com maior clareza e, se hoje a presidência da École está sendo exercida por um historiador, talvez seja porque os meus colegas sentiram que, ao me eleger, estavam escolhendo alguém que estava decidido a refletir sobre essa situação crítica. Não foi para restabelecer o predomínio da história sobre as outras disciplinas que fui eleito.

O senhor então acha que a história não é mais a disciplina central da constelação das ciências sociais?

As coisas não se passam mais do mesmo modo como se passavam. A história, 30 anos atrás, era a única disciplina instituída, a única perfeitamente canônica, com tudo o que isso implica de possibilidade institucional de reproduzir-se, obter cátedras, carreiras etc. Hoje a sociologia ou a etnologia também oferecem a possibilidade de carreiras, o que não acontecia no início dos anos 60. Penso que, no fundo, a história tem duas vantagens. A primeira é a de ter decidido mais uma vez, hoje – não sei como será daqui a dez anos –, interrogar-se sobre seu lugar, pelo menos no caso da história ligada à revista *Annales*. Talvez sejamos os mais frágeis, os menos formalizados, e por isso

dissemos: “É, há perturbações, há desordem na área, e vamos tentar entender o motivo.” O segundo aspecto é que hoje todas as ciências sociais, tanto na França quanto em outros países, estão sensíveis à necessidade de historicizar as situações. Isso é algo que me chama a atenção no campo da antropologia, por exemplo. Hoje está se desenvolvendo uma antropologia das situações, enquanto há 30 anos a antropologia privilegiava as estruturas. Há gente que diz: “É claro que podemos e devemos estudar o material mitológico, como fez Lévi-Strauss de modo magistral, mas também é importante compreender por que determinado mito é utilizado em determinada situação.” Não é a mesma tarefa, mas é muito importante.

O mesmo acontece com os sociólogos. Estou impressionado com o fato de que o livro realmente mais importante para a epistemologia das ciências sociais publicado recentemente seja o de um dos meus colegas sociólogos, Jean-Claude Passeron. Chama-se *Leruisonnement sociologique*. Ele tenta mostrar que o que une as ciências sociais é a historicidade do seu objeto, bem como a historicidade dos seus respectivos procedimentos. Esse é um velho tema de Max Weber que volta à atualidade. Penso que essa sensibilidade para a historicidade está em toda parte.

Voltando à “virada crítica” da revista Annales, na sua opinião ela se operou a partir de uma nova geração, como é a sua, com preocupações mais epistemológicas?

Não fomos exatamente os primeiros que se preocuparam com a epistemologia. Nos anos 60, François Furet já havia produzido uma importante reflexão epistemológica sobre a história quantitativa, mas é verdade que, entre nós, essa reflexão se generalizou. Embora nossa formação fosse geralmente ligada à história quantitativa ou serial, cujas categorias não contestávamos de início, começamos, nos anos 70, a mostrar que as categorias sócio-econômicas não eram aplicáveis à análise dos fatos culturais. Num segundo momento, refletimos também, de modo crítico, a respeito da própria construção dessas categorias, no campo social ou econômico. Acho que esse fenômeno levou certo tempo para se concretizar. Chartier, Schmitt e eu iniciamos isso, mas havia mais gente na École, como Burguière, que já vinha se interessando especificamente pela historiografia, e Lepetit, que provinha dos estudos econômicos, e que teve um papel muito relevante.

Num primeiro momento, nossa crítica visava pontos da história cultural, como por exemplo a conceitualização da cultura popular, que achávamos muito simplista, ou então os fenômenos de distribuição dos fatos culturais – é o caso do trabalho de Chartier sobre os livros, em que se passou da história do livro para a história das práticas de leitura. No caso de Schmitt, passou-se da história

dos objetos culturais à história das práticas de devoção, ou das imagens medievais. No meu caso, passei do estudo da distribuição dos estudantes nas universidades européias para o estudo das estratégias dos atores que se moviam no quadro universitário. Não estudava apenas as distinções, mas procurava compreender como se adquiria um grau, e o que se fazia com ele. Ou então, como acontece no trabalho que fiz com Arlette Farge, passou-se a considerar que a multidão não era um simples aglomerado de pessoas. Quando fiz o livro com Arlette Farge, quis mostrar que tipo de quadro analítico é preciso elaborar para dar conta dos fenômenos miúdos da vida cotidiana, para que essa poeira de acontecimentos saia da condição de inessencial. No fundo, foi a minha primeira experiência de trabalho em escala microanalítica.

Penso que o grande crescimento da produção histórica provocou também grandes desafios. Tinha-se a impressão de que as categorias não se haviam renovado no mesmo ritmo da ampliação dos objetos de estudo e da produção dos meios de pesquisa na França. Era este o sentido da “virada crítica”: refletir sobre a pertinência das categorias utilizadas. Não se tratava de jogar fora tudo o que havia sido adquirido, cuja relevância é evidente, mas de mostrar que a dinâmica da pesquisa também exige inovar.

Nesse movimento de reflexão teórica, como eram vistas pelos historiadores da revista Annales as contribuições de Paul Veyne?

Quando ele publicou *Comment on écrit l'histoire*, em 1971, o livro foi muito mal recebido. Primeiro porque era muito cético em relação às pretensões científicas da época, quando a história positiva e a história quantitativa estavam no auge de suas ambições científicas. Lembro que o livro foi quase contemporâneo do artigo de Furet sobre a história quantitativa, das coletâneas de Le Roy Ladurie sobre *Le territoire de l'historien*, e também de *Faire de l'histoire*. Foi justo no momento em que os historiadores estavam mais seguros de si que Veyne veio dizer que aquilo não era ciência! Além disso, Veyne se situava numa perspectiva muito aroniana, e o pensamento de Aron, considerado distante da prática do historiador, era muito mal aceito. Veyne também utilizava uma bibliografia anglo-saxônica, nutrida de filosofia analítica, que era muito pouco conhecida na França da época. Lembro que a *Annales* reagiu imediatamente: houve um artigo muito interessante de Michel de Certeau, em 1972, extremamente crítico em relação ao livro de Veyne. O livro desencadeou muita polêmica mas não levou a nenhuma reflexão.

Hoje as coisas mudaram, Veyne mudou, e acho que não escreveria da mesma maneira. Mas penso também que agora lemos o livro dele de outro modo. Estamos mais sensíveis à dimensão weberiana do que à dimensão aroniana. Estamos mais sensíveis à lembrança da historicidade fundamental das

ciências da sociedade, e da história como pré-condição do saber histórico, do que à tese de que “não há ciência histórica”, considerada muito negativa.

O livro de Passeron que citei, *Le raisonnement sociologique*, publicado em 1991, retoma um certo número das teses de Veyne, de modo bem mais articulado e mais convincente, e foi muito bem aceito. Mas é verdade que, desde então, a disciplina perdeu grande parte de suas certezas. Hoje ela reflete sobre a sua própria inscrição histórica, sua historicidade, o que, em vez de constituir uma falha, é a contingência epistemológica que se encontra na base do trabalho dos historiadores. Há 25 anos, quase ninguém se preocupava com esse problema, mas depois tivemos Paul Ricoeur, houve a redescoberta de Max Weber e da sociologia alemã, tivemos Reinhart Kosellek...

Qual é o status atual da história cultural? Ela é predominante?

Está muito em moda. Mas para saber o *status* atual seria preciso fazer um levantamento minucioso, contar quantas teses foram registradas e quantas delas têm a ver com a história cultural. Ver o sumário das revistas... No fim dos anos 60, a história cultural chegava mais ou menos a 10% dos sumários da *Annales*. Depois, chegou muitas vezes a representar um terço ou até mesmo a metade da revista. Se verificarmos quais são os livros que fazem mais sucesso, ao mesmo tempo dentro e fora da nossa corporação, a história cultural se torna muito mais visível. Fora isso, as tendências vão e voltam, é difícil saber...

*Mas como o senhor vê o status da história política frente à “nova história”? Em sua introdução ao livro *Jeux d'échelles*, o senhor diz que a nova história colocou a questão dos indivíduos.*

É preciso ser bem claro a esse respeito. Todo mundo sabe que, durante bastante tempo, a *Annales* foi reticente em relação à história política, mas isso não quer dizer que a revista ignorava totalmente o político. No fundo, *Les rois thaumaturges*, de Marc Bloch, é um livro de história política. Quando, nos anos 60, foram se desenvolvendo propostas em torno da história política ou da história da cultura política, elas foram acolhidas pela *Annales*. Penso, por exemplo, nos trabalhos de Maurice Aguiilon. Esse tipo de enfoque tem tudo a ver com a *Annales*.

Houve também, o que é bem diferente, uma espécie de restauração da reflexão sobre o político, ligada essencialmente à historiografia da Revolução Francesa, como nos trabalhos de François Furet e Mona Ozouf. Ambos vinham da história social, mas a tese de Furet, no fundo, era que, para compreender a Revolução Francesa, era preciso compreendê-la em termos políticos. Ou seja: sua lógica não era de tipo social, como se pensou durante muito tempo. Era preciso pensá-la em termos de dinâmica política. As teses de Furet não ganharam

a unanimidade, mas nem por isso deixam de ser muito importantes. Ele pensava em termos de uma lógica da ação, ou uma lógica do discurso, mais do que em termos de atores individuais. A micro-história insiste nos atores, suas escolhas etc., mas é preciso ver claramente que são atores *socializados*. As escolhas e as estratégias que encontramos no método micro são escolhas sociais, nada têm a ver com a soberania do indivíduo, nem com o ponto de vista da liberdade dos indivíduos. Não é esse o campo do historiador!

No que diz respeito ao político, penso que certos problemas podem ser colocados. Por exemplo, tomemos o trabalho de Robert Decimon sobre a cultura política do século XVI/início do XVII, sobre a Liga. É verdade que ele confronta as trajetórias individuais e o projeto coletivo. Ou, também, naquele livro que fiz com Arlette Farge sobre seqüestros de crianças, o problema de fundo era um problema político, que dizia respeito à sacralização do rei. Houve como que uma ruptura da convenção implícita entre multidão e soberano, no meio do século XVIII. Para tomar um exemplo contemporâneo, vou citar a pesquisa de um antropólogo, Marc Abélès, sobre as microestratégias políticas dos atores locais num departamento francês. Como é que as pessoas existem politicamente? Esse é um dos níveis onde podemos nos encontrar. Não acredito muito que possamos nos encontrar naquilo que faz a ciência política, nem no enfoque tradicional sobre os indivíduos.

No fim dos anos 80, François Furet deu uma entrevista a Estudos Históricos e disse que a "école des Annales" não tinha uma identidade específica. O que o senhor pensa disso?*

É um problema complicado. Em primeiro lugar, não acho que exista uma "école des *Annales*". Sempre resisti a essa facilidade de linguagem. Penso que não há um corpo de doutrina que nos permita falar em uma "escola". De tal modo que, quando se fala em escola, é por comodidade, ou para fazer existir algo ou, como no caso de Furet, para afirmar: "Dizem que há uma escola, mas ela não existe". Não acho que exista uma escola, mas ao contrário de Furet, não penso que não exista coisa alguma. Penso que há um movimento. Esse movimento é bem mais amplo, heterogêneo, misturado, contraditório, como são todos os movimentos, como os movimentos políticos, ideológicos, e isso nada tem de novidade. Mesmo porque, na época em que Furet considerava que ele fazia parte do movimento da *Annales*, nos anos 60/70, quando ele era até um dos representantes mais autorizados desse movimento, que semelhança havia entre aquilo que ele fazia e o que faziam Le Roy Ladurie, Pierre Goubert,

* Ver "O historiador e a história: um relato de François Furet", *Estudos Históricos*, nº 1, 1988, p. 143-161.

ou Marc Ferro? Nenhuma. Que relação havia entre o que fazia Furet e o que fazia Braudel? Mas, naquela época, ninguém ligava. Se não me engano, François Furet teria dito certo dia: “A école des *Annales* são as pessoas que eu encontro no elevador.” Já eu usaria a imagem de um ônibus. No ônibus, há gente que entra e que sai, mas é sempre a mesma linha. Esse problema é relevante para mim, já que estou escrevendo uma história da *Annales*. É verdade que há um monte de coisas diferentes dentro desse movimento. Mas acredito que, apesar de tudo, há um pequeno número de convicções fortes em comum.

A primeira delas é a de que a história é uma ciência social. Essa afirmação não é desprovida de conteúdo, nem de implicações. A segunda é que a história tem a vocação do confronto com as demais ciências sociais. Ao longo da história da *Annales*, as modalidades de confronto mudaram, até recentemente. Mas a idéia de que a relação entre história e ciências sociais nasce de uma diferença parece ser uma idéia forte e constitui parte da identidade da revista. O terceiro aspecto que me parece importante, ainda que nem sempre tenha sido um tema constante – hoje é muito presente – é a idéia de experimentação na história. Não no sentido das ciências da natureza, mas no sentido de que a história funciona por meio de um jogo de hipóteses e verificações. Hipóteses explícitas e verificações empíricas. Este elemento esteve presente nas origens da *Annales*, e ressurgiu recentemente.

Nada disso garante uma identidade. Não há uma carteirinha da *Annales*. A revista, hoje, é menos eclética do que era 15 anos atrás, mas ao mesmo tempo é aberta. Não existe ortodoxia, a revista pode aceitar coisas bem diversas. Mas penso que a reflexão crítica – a tal “virada crítica”, da qual gente como Furet ficou de fora – foi um meio de estreitar a identidade da revista. Na esteira da *Annales* há gente como eu, que sou mais micro-historiador, e gente como Bernard Lepetit, que foi assumidamente macro-historiador. Isso não nos impediu de trabalhar juntos, nem de conversar. Parece-me desejável que uma revista seja um espaço de troca.

O senhor acha que a Annales é importante para a identidade do historiador?

Eu pessoalmente estou mal colocado para responder, já que, por muito tempo, fui o secretário, hoje sou um dos diretores, e fui, junto com Bernard Lepetit, um dos animadores da “virada crítica”. Isto posto, a revista não é a única. Inspirou muitas outras experiências no mundo, de tal modo que o seu êxito relativizou a sua importância, o que é normal. Muitos colegas estrangeiros escrevem na revista, ela não é a propriedade do nosso grupinho. Há autores que escrevem muito numa revista e depois vão para outro lugar. Chartier, por exemplo, colaborou muito até o fim dos anos 80, mas hoje oferece menos textos,

e não penso que isso expresse um desacordo. Ele publica mais nos Estados Unidos, talvez no Brasil, na Argentina? Este é também o meu caso.

Penso que a revista ainda representa, não uma autoridade, mas um lugar de referência, em relação a uma corrente. Um historiador francês deve ler *Annales*, do mesmo modo que deve ler *Past and Present*, e muitas outras revistas. Isso faz parte das referências da profissão, é um meio de transmitir as coisas.

Mas muitos historiadores franceses ainda são pouco abertos à bibliografia estrangeira, não é mesmo?

É verdade. Mas o fato é que, no conjunto, os historiadores franceses tendem a deixar de ser provincianos. Não se pode dizer que Braudel fosse realmente provinciano. Mas é verdade que nós viajamos mais, damos mais cursos no exterior, participamos mais de seminários, de coletâneas, e talvez nossos livros sejam mais traduzidos. Refletimos juntamente com colegas americanos, com colegas alemães, italianos ou argentinos – não conheço o Brasil – tanto quanto com os nossos colegas franceses. Hoje isso é também mais fácil do ponto de vista técnico. Não gosto da palavra globalização, mas temos essa chance de poder internacionalizar os debates. As questões não se limitam à França. Damos realmente maior importância do que nossos predecessores àquilo que acontece lá fora. Não são as mesmas coisas que acontecem, mas têm repercussão em nosso país.

Nesse movimento de internacionalização dos debates, o senhor acha que a revista Annales ainda tem a mesma influência?

Não sei como se mede influência. Penso que a *Annales* permanece como um pólo forte, mas era a única revista nessa linha em 1950, e agora não está mais só. Acho que é melhor assim. Vou muito aos Estados Unidos, tomo parte em debates lá, sem dúvida nos tornamos mais próximos. Mas sou sensível à origem francesa, ou melhor dizendo, à experiência de nosso meio, até mesmo às divergências ligadas a essa originalidade. Penso que muitas questões se tornaram comuns, o que não quer dizer que respondamos da mesma maneira. A *Annales* não é mais única, mas não creio que alguém, em algum lugar, faça exatamente a mesma coisa. O mundo tornou-se policêntrico, há vários centros de debates e, nesse sentido, pode-se dizer realmente que o lugar da *Annales* é menos importante. Mas a revista é mais lida no mundo inteiro e os artigos são mais traduzidos do que antigamente.

Fazer um balanço não é fácil. Não vejo que haja algum monopólio francês. Quanto mais são debatidas as questões que colocamos, mais somos capazes de debater as questões que os outros nos colocam, e isso é melhor tanto para a disciplina quanto para a *Annales*.

Uma última pergunta, a respeito do seu trabalho pessoal. O senhor está preparando uma nova publicação?

Eu disse que estava escrevendo um livro sobre a história da *Annales*, mas não é bem isso. Trata-se da história das relações entre história e ciências sociais na França, desde o fim do século XIX. É dentro desse quadro mais geral que vou situar a história da *Annales*. Quero mostrar, e isso é um tema sobre o qual venho insistindo há bastante tempo, que não existe uma *école des Annales*, mas sim uma série de figuras, de espaços de trabalho, de colocações de problemas, de configurações das relações entre disciplinas, e que, no fundo, a história da *Annales* é a história de como essas diversas configurações foram sendo levadas em conta. Vou tentar reconstituir a lógica, mas também a sociologia da maneira pela qual os problemas foram colocados, os atores – historiadores, sociólogos, antropólogos – foram confrontados, e a partir disso, compreender qual foi a originalidade da experiência francesa.

Começo bem antes da *Annales*, nos anos 1870-80, quando as disciplinas das ciências sociais entram na universidade. Em seguida tento reconstituir esses jogos de competição e de equilíbrio, que são a história das comunidades científicas, para entender como as questões se colocavam. Dei uma idéia da minha pesquisa no texto da introdução que redigi para o livro que fiz com Lynn Hunt nos Estados Unidos. Fiz uma longa apresentação, pois é um livro dirigido para os Estados Unidos e que trata do período pós-45. Neste momento, estou trabalhando com o período do fim do século XIX/início do XX. Espero chegar ao término dentro do tempo previsto, que é curto. Não será muito fácil.